



MAURÍCIO WALDMAN

**CARTOGRAFIA DE ÁFRICA:
TOPONÍMIA, AFRICANIDADE E IMAGINÁRIO**



**EDITORA KOTEV
CARTOGRAFIA 10**

CARTOGRAFIA DE ÁFRICA: TOPONÍMIA, AFRICANIDADE E IMAGINÁRIO ¹

MAURÍCIO WALDMAN ²

RESUMO: a Toponímia é de fundamental importância na avaliação dos mapas enquanto peças culturais, históricas, políticas e ideológicas. O regime de nominação que governa a titularidade dos lugares reporta a modelos de percepção que ultrapassam a mera funcionalidade em identificar povos, países, cidades, rios ou lagos. Nessa perspectiva, a compreensão de que a imagem da África foi ao longo de séculos de história de contatos com o Ocidente modelada por padrões cognitivos eurocêntricos - recidivamente incluindo um regime prévio de estereotípias cartográficas - sugere que a compreensão cartográfica não pode ficar restrita às acepções meramente técnicas relacionadas à confecção dos mapas. O *paper* que segue procura a partir do foco na toponímia explicitar como a cartografia europeia incorporou a África Negra à agenda geográfica. Consequentemente a discussão versa sobre o território que se estende das franjas do deserto do Saara ao Cabo da Boa Esperança, espaço delimitado por uma vasta orla litorânea, compreendida entre o Cabo Bojador e o Cabo Guardafui. Considerando-se os preconceitos que gravam a compreensão do continente africano enquanto um temário, a toponímia engendrada pela cartografia europeia frequentemente repudia a identidade do continente, direta ou indiretamente legitimando a imposição da ordem colonial. Neste sentido, a retirada dos antigos poderes coloniais da África abriu caminho para uma revisão toponímica tendo por eixo a noção de África Sujeito. Trata-se de um processo que se reforça dia a dia, assumido uma perspectiva toponímica que prognostica novos mapas, dinâmica essencial para a consolidação da soberania africana.

Palavras-Chave: Cartografia, Eurocentrismo, Africanidade, Imaginário, Identidade, Percepção, Toponímia.

CARTOGRAPHY OF AFRICA: TOPONYMICS, AFRICANITY AND IMAGINARY

ABSTRACT: Toponymics is of fundamental importance on evaluating maps as cultural, historical, political and ideological objects. The nomination regime that rules the place's titles reports to models of perception beyond the mere functionality of identification of people, countries, cities, rivers or lakes. In this sense, comprehending that Africa was through a secular history of contacts with Occident, modeled by Eurocentric patterns of recognition which includes a previous stereotyped cartographic regimen, considering this agenda, a comprehensive cartographic reading must go beyond the merely

technical elaboration of maps. This *paper* seeks therefore focus on the toponymic references that have been presented at European cartography on what is known as Black Africa. In that sense, the focus of this text will be centered at the territory that extends from the fringe of the Sahara desert to the Cape of Good Hope, a space that in coastal counties covers from Bojador to Cape Guardafui. Considering the bias that attended the comprehension of the continent of Africa as an object, the toponymy of the European cartography frequently lacked substance, direct or indirectly legitimate the imposition of the colonial order. Thus, through the withdrawal of older colonial powers of the continent, the toponymy present at continent cartography has been reviewed by renomination politics, in whose core lies the idea of Africa Subject. It is a process that reinforces itself day by day, a toponymic that generates new maps, an essential dynamism for consolidating African sovereignty.

Keywords: Cartography, Eurocentrism, Africanity, Imaginary, Identity, Perception, Toponymics

CARTOGRAPHIE DE L'AFRIQUE : TOPONYMIE, AFRICANITE ET L'IMAGINAIRE

RÉSUMÉ: La Toponymie est important dans l'évaluation des cartes géographiques en tant que parties culturelles, historiques, politiques et idéologiques. Le schéma de nommage qui régit la propriété des sites signalant les modèles de perception qui dépassent la simple fonctionnalité d'identifier les peuples, les pays, les villes, les rivières ou les lacs. Dans cette perspective, comprendre ce que l'image de l'Afrique a été marquée par des modèles cognitifs eurocentriques depuis des siècles de l'histoire de contacts avec l'Occident - cette permanence compris un régime antérieur de stéréotypes cartographiques - indique que la compréhension cartographique ne peut pas être limitée à de simples significations liées à la techniques de fabrications de cartes. Ce texte recherche dans toponymes vise à expliquer comment les cartes européennes intégrées Afrique noire dans l'agenda géographique. Par conséquent, la discussion a pour sujet le territoire qui s'étend des confins du désert du Sahara au Cap de Bonne-Espérance zone délimitée par un bord de mer côtière vaste, entre le Cap Boyador et le Cap Guardafui. Compte tenu des préjugés qui enregistrent la compréhension du continent africain comme un programme, la toponymie engendrée par cartes européennes rejette souvent l'identité du continent, légitimant directement ou indirectement l'imposition de l'ordre colonial. En ce sens, le retrait des anciennes puissances coloniales en Afrique a lancé un revue de toponymie à l'axe de notion de l'Afrique Sujet. C'est un processus qui renforce de jour en jour, à prendre un point de vue toponymique que laisse présager de nouvelles cartes, dynamique essentiels pour la consolidation de la souveraineté africaine.

Mots-clés: cartographie, eurocentrisme, africanité, imaginaire, Identité, Perception, Toponymie.

Fato raramente lembrado, a toponímia reveste-se de importância fundamental na avaliação dos mapas enquanto peças de fundo cultural, histórico, político e ideológico.

Isto porque o regime de nomeação que governa a titularidade dos lugares reporta a contextos nos quais a percepção do território e dos grupos humanos nele assentados é recidivamente conotada por inferências que ultrapassam finalidades meramente funcionais em identificar a fisionomia do espaço geográfico, suas rugosidades naturais e comunidades humanas.

Neste texto, ponderaremos sobre as referenciais toponímicos que se fizeram presentes na cartografia ocidental quanto ao vasto espaço continental conhecido como *África Negra*.

Nessa linha de abordagem, o saber decantado nos mapas europeus e islâmicos revela um espaço que se estende desde as franjas do Deserto do Saara, isto é, do *Sahel* ³, ao Cabo da Boa Esperança, na *finisterra* africana (África do Sul).

Em termos da maritimidade, distinguem-se nessa porção do globo terrestre duas orlas oceânicas: a *Costa*, ou seja, o litoral do Atlântico entre o Cabo Bojador (Saara Ocidental) e o Cabo da Boa Esperança e a *Contracosta*, formada pelo litoral do Índico situado entre a *finisterra* africana e o Cabo Guardafui (Somália).

Historicamente, as extensões sul-saarianas foram agraciadas por quatro topônimos de abrangência continental, que em comum legitimaram a anexação linguística da África Negra à cartografia ocidental. São eles: *Guiné*, *Nigritia*, *Etiópia* e *Sudão* ⁴.

A denominação *Guiné* surge nos primeiros relatos das navegações portuguesas no litoral do Atlântico. A onomástica esclarece que etimologicamente, o geônimo provém de *aguinaoui*, termo de raiz berbere significando preto ou negro.

Com filiação similar distinguem-se duas expressões *Nigritia* e *Negroland*, amplamente presentes nos mapas dos Séculos XVII e XVIII para delimitar sítios da África D'Oeste ocupados por populações negras. Quanto à *Etiópia*, o topônimo decorre do grego *Αἰθίοψ*, *Aithiops*, literalmente “pessoas de rosto queimado”, ou em bom português, negras.

Estes três topônimos, *pari passu* à própria difusão da terminologia *África Negra* ⁵, foram de presença costumeira nos mapas europeus. Geograficamente circunscrevem ponderáveis lustros do continente africano, extensivos a ponto de confinarem territorialmente entre si (Figura 1).



FIGURA 1: *Negroland and Guinea*, mapa de 1729 de autoria do cartógrafo alemão Herman Moll. Notar que no mapa coabitam as terminologias *Negroland* (*Nigritia*), *Etiópia* (*Ethiopia*) e *Guiné* (*Guinea*). *Negroland* repete a antiga concepção árabe de faixa sudanesa, sinonimizada ao Sahel. A *Guiné* constitui neste mapa uma vasta extensão, subdividida em espaços que lembram as mercadorias procuradas pelos europeus, matriz para novos topônimos: Costa dos Grãos (*Grain Coast*), Costa do Ouro (*Gold Coast*) e Costa dos Escravos (*Slave Coast*). Visivelmente o interior ainda é pouco conhecido. As nascentes do rio Niger, que atravessa a *Nigritia*, está erradamente plotada no que seria o Lago Tchad. Na *Guiné*, os entrepostos costeiros constituem a totalidade das menções cartográficas.

Neste particular, é importante assinalar que a consciência da individualidade da África ao sul do Saara frente às terras localizadas ao norte do grande deserto não é nova de modo algum e tampouco seria, conforme equivocado senso comum, apanágio da incultura geográfica europeia.

Desde tempos imemoriais os povos da África setentrional, do Levante e do mundo greco-latino fizeram uso de uma coleção de topônimos para identificar espaços e populações postados além do deserto.

Devemos reter que paralelamente à especificidade civilizatória da África Sul-saariana (Cf. MUNANGA, 1984), se impõe um quadro físico que reforça o entendimento de uma individualidade geoespacial.

Neste plano é notável a unidade física explicitada por essa parte do continente, espaço no qual encontramos domínios geográficos diferentes dos que tipificam o setentrião africano. Sob influência das faixas latitudinais, os biomas formam paisagens que se sucedem a partir das florestas equatoriais do Congo e da Guiné, auréolas nas quais nidificam savanas, bosques de espinhosas, estepes subdesérticas e as paragens áridas (Cf. BRETON, 1990: 110-111).

Nesta senda, a antiguidade clássica diferenciava o norte da África, a *Lybia*, topônimo inspirado num grupo nativo local, das terras situadas no *hinterland*, a *Lybia interior*.

Além de *Lybia*, despontavam outras denominações para identificar territórios continente adentro: *País dos Garamantes* (referindo-se com mais propriedade aos habitantes do antigo Fezzan), *Núbia* (terras a montante da segunda catarata do Nilo, eventualmente designando outras plagas), *Mauritânia* (país do povo *Mauri*, Mouro ou Maurício) e *Numídia* (país dos Númidas).

Complementando, a partir da Baixa Idade Média a denominação *Berberia*, *Barbaria* ou *Costa Berberisca*, desdobramento de *Berberes*, tal como os povos da África Setentrional eram definidos pelos romanos ⁶, passou a transitar nos mapas dos povos muçulmanos e da cristandade.

Seria necessário ajuizar que tais topônimos, a despeito de terem auferido notoriedade a partir de acepções modeladas por inculturações extra-africanas, reportam a marcos étnicos autóctones, a povos e culturas fixados de longa data nessa parte do continente.

Ademais, em parceria com essa toponímia com enraizamento local, os conquistadores árabes disseminaram duas expressões enormemente prestigiadas: *Magreb* e *Machrek*.

O *Magreb*, termo oriundo de *Al-Maghrib*, المغرب: Ocidente, se estenderia, com ressalvas de um autor para outro, pelos hodiernos Marrocos, Argélia, Tunísia, Saara Ocidental,

Mauritânia e Tripolitânia ⁷. O espaço magrebino perfila consistente histórico de conexões com o Mediterrâneo e de igual modo, longa interlocução histórica, cultural e geográfica com os países ao Sul do Saara.

Magreb tem por contrapartida *Al-Machrek*, do árabe مشرق: Oriente, reunindo os países levantinos, da península arábica, Mesopotâmia, Egito, Iran, Anatólia, Turquestão e as adjacências da Grande Diagonal Árida. Grosso modo, designa regiões que para a geografia ocidental integram o chamado Oriente Médio ⁸.

Faria sentido ressaltar que no imaginário espacial árabe, tanto *Magreb* quanto *Machrek*, uma vez delimitando áreas integrantes do ecúmeno cercadas por amplos desertos, configurariam “ilhas”. É o que explica os derivativos “Ilha de Ocidente” para *Magreb* e “Ilha de Oriente” para *Machrek*.

No que tange à África Negra, a personalidade histórica, cultural e geográfica desste naco do continente é cancelada pela expressão árabe *Bilad-as-Sudan*: بلاد السودان, qual seja, *País dos Negros*.

Este espaço, conhecido na forma sintética de *Sudão*, materializa um *continuum* que se prolonga do Mar Vermelho ao Atlântico, através das estepes e savanas sul-saarianas. Por sinal, Saara procede igualmente da língua árabe, significando deserto ou mais exatamente, *aṣ-Ṣaḥrā' al-Kubrā*, الصحراء الكبرى: O Grande Deserto.

Paulatinamente, o termo Sudão terminou adotado por centenas de línguas, dentro e fora da África, tornando-se de uso universal, inclusive por parte dos historiadores, geógrafos e antropólogos ocidentais ⁹.

Um dado matricial para compreender a instrumentalização desses topônimos pela cartografia ocidental nos remete à forma de como a África foi cooptada pelos esquemas da nascente economia mundial modelada pelo mercantilismo e mais tarde, pelo capitalismo industrial e financeiro.

Nesta averbação, impõe-se a constatação de que o mundo extra-europeu foi primeiramente apreendido a partir de informes precários, galvanizados por relatos fantásticos, assim como por poderosas injunções excludentes “do outro”, posturas que de pronto, transparecem nas representações iniciais do ecúmeno terrestre (Figura 2).



FIGURA 2: Mapa do Ecúmeno de Johannes Schnitzer (1482). Nessa carta, cópia do Planisfério de Ptolomeu (circa 150 DC), é visível que tanto a África quanto a Ásia apresentam contornos mal definidos, singularidade acompanhada por definições imprecisas dos povos que ocupavam estes continentes. Dado inescapável, na visão ptolomaica a Europa ocupa a sugestiva posição norte ou superior da representação cartográfica, indicação que seria fortemente realçada a partir da hegemonia mundial do ocidente.

Entretanto, seria forçoso admitir que no caso africano os traços pejorativos adereçados ao continente foram radicalizados pelo papel imposto à África pela nascente economia de mercado. Vale dizer, de espaço ao qual foi imposto o papel de prover a força de trabalho solicitada pelo voraz sistema de *plantation*.

Este pressuposto foi central na legitimação ideológica da África enquanto espaço prenhe de negatividade, consideração acoplada a noções que desqualificavam os africanos, privando-os de Humanidade. Tais estereótipos se prestaram a sancionar a escravidão e o tráfico negreiro, atividades articuladas pelos poderes coloniais contando com apoio declarado do

Papado ¹⁰. Precisando melhor as colocações do parágrafo anterior, a Bula *Dum Diversas* (1452), que vem a luz com o timbre do Papa Nicolau V, autorizava Afonso V de Portugal a escravizar os “infiéis” da África Ocidental. Aprimorando a diretiva, a Bula *Romanus Pontifex* (1455), também emitida no pontificado de Nicolau V, concedia o direito de escravizar todas as populações ao sul do Cabo Bojador.

É importante ter em conta que o Cabo Bojador, ao lado de constituir referência náutica, tradicionalmente evocava o fim dos domínios árabe-mouros e início do povoamento negro-africano. *That is to say*: ratificava a África Negra como espaço preferencial de apresamento do comércio escravista.

Com este paradigma em vista, o regime de anexação cartográfica imposto ao continente foi construído com base numa toponímia que negava as particularidades, a soberania e a cultura dos povos do continente.

O regime de renominação encetado pela colonização europeia consubstanciou uma violência simbólica empenhada em apagar a totalidade das formulações espaciais anteriormente existentes, fruto de especulações milenares de uma concertação múltipla e heterogênea reunindo centenas de povos africanos.

Exemplificando, para os portugueses o termo *Guiné* correspondia a um enorme naco de território que incluía desde o Cabo Bojador até as proximidades do Congo, ocasionalmente também absorvido no conjunto guineense. Conforme anteriormente destacado, esse topônimo referia-se a uma *Terra dos Negros*, distinto dos rincões saarianos ocupados por berberes e árabes.

Vez por outra os mapas diferenciavam *Alta Guiné*, compreendendo a faixa litorânea entre o rio Senegal e o delta do Niger, de *Baixa Guiné*, das bocas do Niger até Angola ¹¹.

Tal enquadramento justifica, pois a amplitude do *Golfo da Guiné*, abarcando toda a orla litorânea central da África, mas atualmente sob tutela de nações que granjeiam esta reentrância com outras denominações (caso do Golfo do Benim).

Do mesmo modo, *Etiópia* em muitos mapas intitula largo trecho da África, transbordando em muito a Abissínia ¹², *core-area* do Estado Etíope contemporâneo. Por isso mesmo, populações com pouca e quase sempre *nenhuma* conexão com os abexins ¹³ passaram a ser indistintamente classificadas como “etíopes”.

A mesma sina foi reservada às águas oceânicas e seus apêndices. Com efeito, o mapa de Guilherme Blaeu (1644) ¹⁴, honorabiliza o essencial da massa líquida do Atlântico como *Oceanus Aethiopicus*, ao passo que no Atlas de Samuel A. Mitchell (1877) ¹⁵, as ilhas do Índico são referidas como *Arquipélago Etíope*.

Mesmo os topônimos Abissínia e Etiópia irrompem erraticamente nos dois mapas. Extensões praticamente idênticas, consideradas como Abissínia no mapa de Blaeu, são rubricadas como Etiópia no Atlas de Mitchell ¹⁶, nessa última carta convivendo sem qualquer estranhamento com o Reino Abissínio (Figuras 3 e 4).



FIGURA 3: Mapa da África de Guilherme Blaeu (1644). Essa peça cartográfica é uma das muitas que consagram a noção de uma África imersa numa natureza selvagem. Note-se o fato verdadeiramente pitoresco da ausência de vida humana no hinterland. O único homem representado, um cameleiro, transita pelos sertões da Mauritânia. Mas, trata-se quase certamente de um mercador árabe, alusão direta ao Magreb. Povos africanos da Costa e da Contracosta são exibidos em duas faixas dispostas a Leste e a Oeste do mapa. Atente-se que imageticamente a ilustração endossa a exterioridade da África: o continente só é reconhecido por um olhar externo, excluindo sua autorrepresentação enquanto escopo identitário.

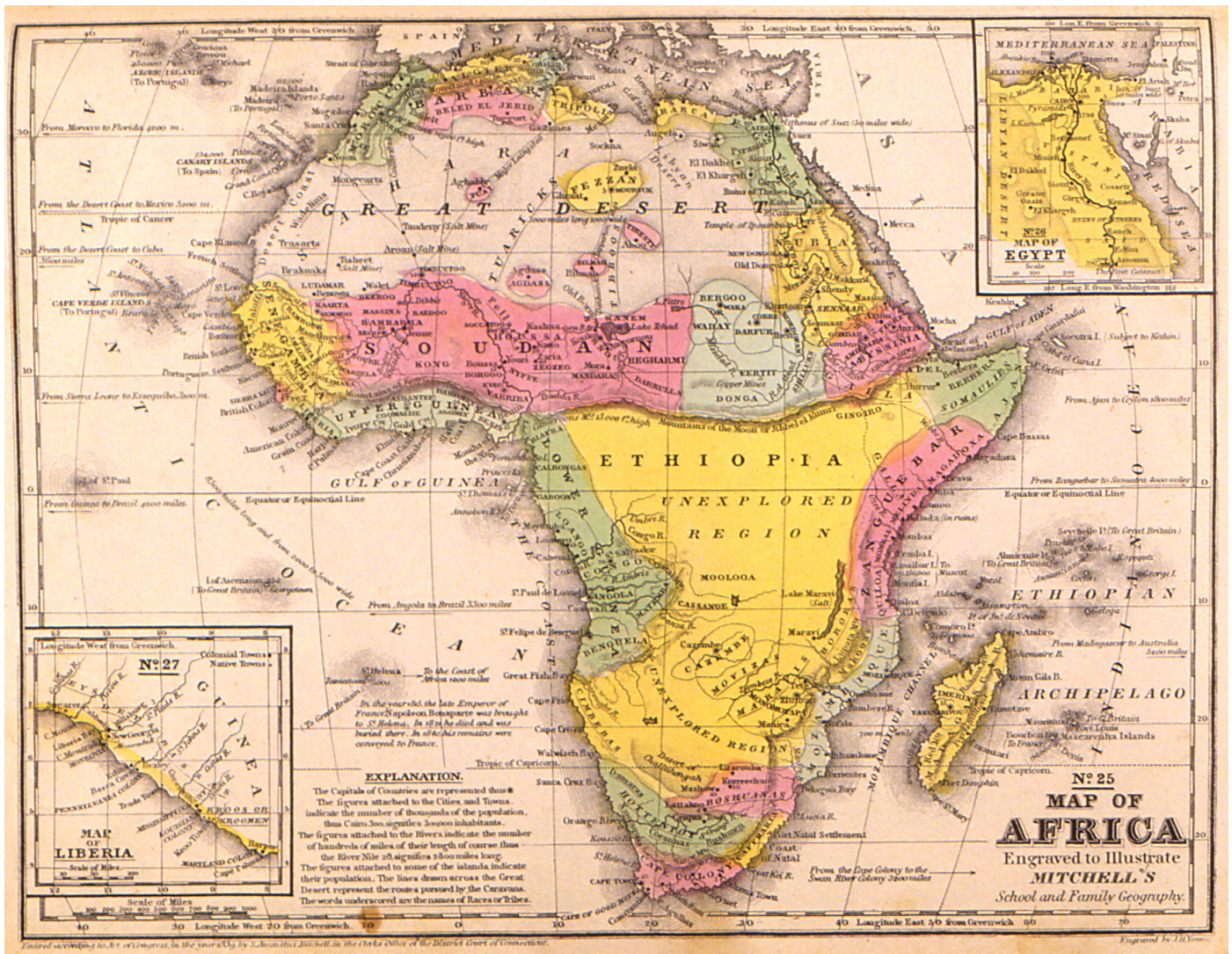


FIGURA 4: Mapa da África do geógrafo norte-americano Samuel A. Mitchell (1877). Confira-se a Etiópia (Ethiopia) plotada no centro do continente coexistindo com a Abissínia; as ilhas do Índico grafadas como “arquipélago etiópico”; a identificação de uma “Alta” e “Baixa” Guiné, assim como o destaque dado para o Sudão (*Soudan*). Outro detalhe importante é a representação de entidades estatais no Norte-Africano, preocupação não muito clara para as extensões ao Sul do Saara.

Cabe ressaltar que no plano do imaginário a utilização desses geônimos respaldava uma fagocitose cartográfica da África, esvaziando-a dos seus traços identitários e sufragando uma semantização das diferenças com base em critérios que a linguagem coloquial classifica como “raciais”.

Com efeito, as terminologias *Sudão*, *Etiópia*, *Guiné* e *Nigritia* se vinculam inequivocamente às populações negro-africanas, cuja integração desigual à ordem mundial engendradora pelo

Ocidente teve na discriminação por tipologias raciológicas uma engrenagem matricial de dominação.

Todavia, se desde o século XV a atuação do colonialismo ocidental na África havia dado mostras de incontido pendor hegemônico, certo é que o industrialismo novecentista irá repaginar essa propensão de modo ainda mais contundente. Tem início a ocupação *manu militari* do interior africano, até então livre da presença europeia.

No passado, a intrusão ocidental tinha enfrentado óbices de toda ordem, a começar pela ausência de efetiva superioridade bélica da Europa no enfrentamento de populações mais numerosas, conhecedoras do terreno, motivadas em resistir e cujo preparo militar, impediu por quatro séculos a penetração europeia para além das feitorias de comércio do litoral.

Porém, o surgimento de armamento moderno como pistolas de tambor, fuzis de repetição, metralhadoras, artilharia, cobertura aérea e naval e os próprios avanços dos levantamentos cartográficos ¹⁷, irrompe como uma resposta habilitada a zerar o *handicap* da altivez dos naturais da terra em toda a África.

Em conformidade com a argumentação do poeta imperialista inglês Hilaire Belloc (1870-1953), não haveria mais nenhum embaraço possível a ser colocado pelos africanos ao avanço europeu: *“Aconteça o que acontecer, nós temos metralhadoras. Eles não”*.

O resultado desse processo foi o surgimento de um “continente colonial”, engendrado na chamada Partilha da África, cabendo à Conferência de Berlim (1884/1885), a função de evento icônico e emblemático ¹⁸.

É interessante notar que no frígido do avanço imperialista a cartografia europeia adequou a seu gosto vários marcadores toponímicos preexistentes, aos quais impôs suas veleidades. Um exemplo notório é o topônimo Sudão, que designava, conforme foi comentado, vasto território estirado de costa a costa por toda a África.

A partir dessa terminologia a geografia colonial delimitou, por exemplo, um Sudão Oriental ou Sudão Anglo-Egípcio (correspondendo às atuais repúblicas do Sudão e do Sudão do Sul, espaços também conhecidos como “Sudão Nilótico”) e o Sudão Francês (correspondendo basicamente à República do Mali); o topônimo Congo foi por sua vez compartilhado pela Bélgica e pela França ¹⁹; a Somalilândia, pela Itália, Reino Unido e França ²⁰; Marrocos, por Espanha e França.

Ao mesmo tempo, entidades novas e solenemente desconhecidas na toponímia tradicional africana eram instaladas exaltando os novos conquistadores. Dentre os domínios que exibiam denominações inéditas, constou a Rodésia, homenagem ao *condottiere* britânico Cecil Rodhes (1853-1902), algoz dos povos da África Austral.

Com intencionalidade análoga, o chefe *bôer* Andries Pretorius (1798-1853), entusiasta do grande *trek* africâner e das expedições punitivas armadas de rifles e de canhões que culminaram em massacres da etnia Zulu, obteve seu avatar locacional em Pretória, centro nervoso do regime de minoria branca da África do Sul.

Acatando a mesma cadência, o avanço ocidental rumo às entranhas da África revelaria uma disposição marcante, ainda mais irrefreável, em nomear e/ou renomear os lugares submetidos ao seu tacão.

Não apenas os territórios das colônias, mas igualmente os acidentes naturais, regiões administrativas, barragens, centros urbanos, portos, bases militares, vias de comunicação, logradouros e equipamentos das cidades foram batizados com exônimos originários de línguas e de percepções alheias ao continente, impostos via eliminação dos nomes tradicionais para que assim a supremacia do novo regime toponímico colonial se tornasse incontestável.

A rapidez desse processo foi flagrante. Junto a dezenas de outras localizações, cidades como Pretória, Salisbury, Lourenço Marques, Leopoldville e Fort Lamy passaram a compor a cartografia da África. Noutros contextos, obras naturais foram brindadas com nomes de líderes alienígenas, como o nefando Rei Leopoldo II da Bélgica (1835-1909), em cuja honra a grande bacia lacustre do May Ndombe foi sumariamente renominada.

No conjunto, essas práticas advogavam uma política de *tabula rasa* cartográfica associada à invectivas que na sua plenitude, pretendiam extirpar a presença dos indígenas para em seu lugar instalar uma espacialidade de feições totalmente europeias.

Sobremaneira, políticas levadas a cabo pelo *Apartheid* e pelos poderes coloniais, instituindo áreas exclusivas para circulação e usufruto da população branca tendo por contraponto bairros nativos, reservas tribais, *homelands* e *bantustans*, constituíram preâmbulos consagrados à meta do que o poeta inglês Rudyard Kipling proclamou como “missão do homem branco”.

Na realidade, a anexação linguística da África pela cartografia ocidental acompanhou passo a passo a implantação de um sistema cruel e implacável, obcecado em dissolver todo e qualquer sinal julgado incompatível com as diretrizes de uma civilização cujo espelho planetário reproduziria exclusivamente sua própria imagem.

Contudo, os novos ventos da descolonização, livrando a África do domínio colonial direto, ensejariam câmbios substanciais no prontuário toponímico do continente. Urgia retomar uma identidade que agrilhoadada e ofendida, jamais fora efetivamente submetida.

Repudiando o fardo representado por uma toponímia que não lhes dizia respeito, os africanos, agora independentes, no caminho de reconciliarem-se consigo mesmos, passam quase que instintivamente a renominar o espaço habitado escorados na individualidade das proposições agremiadas pelos seus acervos culturais. Nesse prisma, certamente a memória espacial tradicional africana substantivou plataforma basilar no resgate da territorialidade.

Contudo não unicamente. Mais correto seria consignar a adoção de estratégias inspiradas em múltiplas vertentes, materializadas tanto na ressurreição dos locativos ancestrais quanto por iniciativas que contextualizavam novos regimes de nominação, esboçados por uma África que olhando para o futuro, assume a tradição como alento que fortalece continuamente seu desejo de posicionar-se positivamente diante do mundo.

Estão aí para provar tal determinação uma coletânea de novos nomes oficiais de países como *Burkina Faso* (antigo Alto Volta), *Malawi* (anteriormente Niassalândia), *Botswana* (ex-Bechuanalândia), *Zimbabwe* (ex-Rodésia) e *Gana* (dantes Costa do Ouro).

Os centros urbanos, libertos das suas alcunhas ocidentais, passam a exhibir designativos orgulhosamente africanos: *Tshwane* (antiga Pretória), *Harare* (ex-Salisbury), *Maputo* (ex-Lourenço Marques) *Kinshasa* (ex-Leopoldville) e *D'jamena* (ex-Fort Lamy).

Empreendimentos originais como as capitais planejadas de *Abuja* (Nigéria) e *Dodoma* (Tanzania), ponteiavam pelos mapas a demonstrar um espírito de iniciativa que a olhos vistos, tem se assenhoreado do continente inteiro.

Processo ainda em curso, dia a dia em que rios, montanhas, lagos, aeroportos, barragens, escolas, pontes e localidades são objeto de revisão toponímica, evidenciando que o espaço africano está novamente sob comando dos seus legítimos senhorios.

A passos de gigante se afirma um novo mapa do continente, dado vital para assegurar e consolidar a soberania da África.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANJOS, Rafael Sanzio Araújo dos. *A Utilização dos Recursos da Cartografia Conduzida para uma África Desmistificada*. Revista Humanidades, n°. 22, Retratos da África, pp. 12-32. Brasília (DF): Editora da Universidade de Brasília (UNB). 1989;

Atlas Jeune Afrique. Paris (França): Éditions Jeune Afrique. 1973;

BOAHEN, Albert Ada. *A África sob Dominação - O Desafio Colonial*. Revista Correio da UNESCO, n°. 7, Julho de 1984, pp. 14-16. Rio de Janeiro (RJ): Fundação Getúlio Vargas. 1984;

BRETON, Roland Jules-Louis. *Geografia das Civilizações*. Série Fundamentos, n°. 60. São Paulo (SP): Editora Ática. 1990;

CADAMOSTO, Alvisé. *Voyages en Afrique Noire*. Paris (França): Éditions Chandeigne. 2003.

COSGROVE, Denis. *Geography and Vision Seeing, Imagining and Representing the World*. Londres e Nova York: I. B. Tauris. 2008;

DÖPCKE, Wolfgang. *A Vida Longa das Linhas Retas: Cinco mitos sobre as fronteiras na África Negra*. Brasília (DF): Revista Brasileira de Política Internacional, vol. 42, n°. 1, pp. 77-109. 1999;

ECA: ECONOMIC COMMISSION FOR AFRICA/UNECA: UNITED NATIONS ECONOMIC COMMISSION FOR AFRICA. *United Nations Regional Cartographic Conference for Africa, 1-12 July 1963, Nairobi, Kenya*. Vol. 1. Report of the Conference. New York: United Nations. 1963;

Earth Portfolio Maps. Hunters Hill (Austrália): Millennium House Publisher. 2012;

M'BOKOLO, Elikia. *África Negra: História e Civilizações*. Dois Volumes: Tomo I (Até o século XVIII) e Tomo II (Do século XIX aos nossos dias). Tradução de Alfredo Margarido. Salvador (BA): Editora da Universidade Federal da Bahia; São Paulo (SP): Casa das Áfricas. 2012;

Mitchell's Scholl Atlas: comprising the maps and tables designed to accompany Mitchell's School and family geography. Filadélfia (Estados Unidos): H. Cowperthwait & Company. 1857;

MUNANGA, Kabengele. *Povos e Civilizações Africanos*. In: Introdução aos Estudos da África Contemporânea. Brasília (DF) e São Paulo (SP): coedição Centro de Estudos Africanos da USP (CEA-USP) e Ministério das Relações Exteriores (MRE). 1984;

OLIVA, Anderson Ribeiro. *A História da África nos bancos escolares: Representações e imprecisões na literatura didática*. Rio de Janeiro (RJ): Estudos Afro-asiáticos, vol. 25, nº. 3. Texto disponível *on line*:
< http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-546X2003000300003 >. Acesso em: 28-10-2012. 2003;

OLIVEIRA, Cêurio de. *Dicionário Cartográfico*. 2ª edição, Rio de Janeiro (RJ): Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). 1983;

OLIVEIRA, Livia de. *Estudo Metodológico e Cognitivo do Mapa*, Série Teses e Monografias, nº. 32. São Paulo (SP): IGEOG-USP. 1978;

OUA: *CM/Resolution 464 (XXVI): Resolution on the Division of Africa into Five Regions. Organization of African Unity, Council of Ministers*. Twenty-Sixth Ordinary Session, Addis Ababa, Ethiopia, 23 February - 1 March 1976;

STEWART, George Rippey. *Names on the Globe*. Reino Unido: Oxford University Press. 1975;

UNEP. *Sahel: Atlas of Changing Landscapes*. Nairobi (Quênia): *United Nations Environment Programme*. Texto disponível *on line*:
< http://www.unep.org/dewa/Portals/67/pdf/Sahel_Atlas_lowres.pdf >. 2010;

UNESCO. *História Geral da África*. Brasília (DF): UNESCO, com apoio da Secretaria de Educação, Continuada, Alfabetização e Diversidade (Secad) do Ministério da Educação (MEC) e da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). 2010;

WALDMAN, Maurício. *O Mapa de África em Sala de Aula: A persistência do imaginário da desqualificação na representação cartográfica escolar de África*. Texto de subsídio

elaborado para a Conferência Geografia e Geopolítica da África, proferida para o XVIII Curso de Difusão Cultural Introdução aos Estudos de África. Universidade de São Paulo (SP): Centro de Estudos Africanos da USP (CEA-USP). Março de 2013. 2013a;

_____. *Unidade Africana: Um caminho pleno de esperanças*. Artigo eletrônico disponibilizado no site da Cortez Editora a partir de 20-11-2013. São Paulo (SP): Cortez Editora. Texto masterizado e disponibilizado *on line* em 2017 pela Editora Kotev. Link: < http://mw.pro.br/mw/africanidades_17.pdf >. 2013b;

_____. *Mapa Regional de África: Subsídio indispensável para a compreensão do continente*. Artigo eletrônico disponibilizado no Site Cortez Editora a partir de 1 de Abril de 2013. Texto masterizado e disponibilizado *on line* em Junho de 2017 pela Editora Kotev. Link: < http://mw.pro.br/mw/africanidades_03.pdf >. 2013c;

WALDMAN, Maurício. *Cartografia de África: Mapas, Toponímia e Modelos de Percepção*. Artigo eletrônico disponibilizado a partir de Maio de 2010 no site Geocarto.org - Website de Geografia e Cartografia. Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH-USP). Universidade de São Paulo. São Paulo (SP): Geocarto. 2009;

_____. *O Imaginário de África na Cartografia de Guilherme Blaeu*. Artigo digital disponibilizado a partir de Novembro de 2009 no site Geocarto.org - Website de Geografia e Cartografia. Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH-USP). Texto masterizado e disponibilizado *on line* em 2018 pela Editora Kotev. Link: < http://mw.pro.br/mw/cartografia_05.pdf >. São Paulo (SP): Geocarto. 2009;

_____. *Arquétipos, Fantasmagorias e Espelhos*. In: Revista Geousp nº. 23, Volume 1, pp. 44-63. Universidade de São Paulo (USP): Departamento de Pós-Graduação do Depto. de Geografia da FFLCH-USP: Texto disponível *on line*: < http://www.mw.pro.br/mw/antrop_arquetipos_fantasmagorias_e_espelhos.pdf >. Acesso em: 27-10-2012. São Paulo (SP): Geousp. 2008;

_____. *Imaginário, Espaço e Discriminação Racial*. In: Revista Geousp nº. 14, pp. 45-64. Universidade de São Paulo (USP): Departamento de Pós-Graduação do Depto. de Geografia da FFLCH-USP: Texto disponível *on line*: < http://www.mw.pro.br/mw/antrop_imaginario_espaco_e_discriminacao_racial.pdf >. Acesso em: 27-10-2012. São Paulo (SP): Geousp. 2003;

_____. *Metamorfoses do Espaço Imaginário: Um ensaio "topo-lógico" relativo ao universo da cultura, do espaço e do imaginário*. 1997. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social). São Paulo (SP): Universidade de São Paulo, Departamento de Antropologia. 1997;

WALDMAN, Maurício *et alli*. *Memória D'África - A Temática Africana em Sala de Aula*. São Paulo (SP): Cortez Editora. 2007;

WOODWARD, Davis *et* LEWIS, G. Malcom. *The History of Cartography*, Volume Two, Book Three - Cartography in the Traditional African, American, Arctic, Australian and Pacific Societies. Chicago e Londres: University of Chicago Press. 1998.

1 **Cartografia de África: Toponímia, Africanidade e Imaginário** é um *paper* de caráter introdutório primeiramente disponibilizado no site de *Geocarto - Website de Geografia e Cartografia*, do Departamento de Geografia da FFLCH-USP, em Maio de 2010. *Pari passu*, foi utilizado como texto de apoio nos Cursos de Difusão Cultural “Introdução aos Estudos de África” nos anos 2010-2013, promovidos pelo Centro de Estudos Africanos da Universidade de São Paulo (CEA-USP), assim como para os alunos da turma de 2010 da disciplina eletiva Geografia da África, oferecida pelo Departamento de Geografia do Instituto de Geociências da UNICAMP. Mais adiante, este texto foi publicado pela Revista Equador, da Universidade Federal do Piauí (UFPI), Volume 3, nº 1, pp. 25-41, Janeiro/Junho do ano de 2014 (Fac-símile: http://mw.pro.br/mw/cartografia_de_africa.pdf). Em Setembro de 2018, este *paper* foi masterizado para fins de acesso livre na Internet em Formato PDF com os préstimos da **Editores Kotev (Kotev ©)**, mantendo todo o teor da edição original pela Revista Equador. A formatação da edição de 2018 para a Internet contou com a Assistência de Editoração e Tratamento Digital de Imagens do *webdesigner* Francesco Antonio Picciolo, Contato E-mail: francesco_antonio@hotmail.com; Site: www.harddesignweb.com.br. **Cartografia de África: Toponímia, Africanidade e Imaginário** é um material gratuito, sendo vedada a reprodução comercial e igualmente, divulgação sem aprovação prévia da **Editores Kotev**. A citação de **Cartografia de África: Toponímia, Africanidade e Imaginário** deve incorporar referências ao autor e apensos editoriais conforme padrão modelar que segue: WALDMAN, Maurício. **Cartografia de África: Toponímia, Africanidade e Imaginário**. Série Cartografia, Nº 10. São Paulo (SP): Editores Kotev. 2018.

2 **Maurício Waldman** é antropólogo, jornalista, pesquisador acadêmico e professor universitário. Militante ambientalista histórico do Estado de São Paulo, Maurício Waldman somou a esta trajetória experiências institucionais na área ambiental e uma carreira acadêmica com contribuições no campo da antropologia, geografia, sociologia e relações internacionais. Entre os anos 1970-1990, Waldman atuou como professor de geografia e de história em escolas da rede particular da capital paulista e como Diretor da Escola e dos Cursos Profissionalizantes da Fundação Estadual do Menor (FEBEM) e do Serviço SOS Criança (1997-2000). Waldman foi colaborador do líder seringueiro Chico Mendes, Coordenador de Meio Ambiente em São Bernardo do Campo (SP) e Chefe da Coleta Seletiva de Lixo na capital paulista. Participou no CEDI (Centro Ecumênico de Documentação e Informação, São Paulo e Rio de Janeiro), em movimentos em defesa da Represa Billings no Grande ABC Paulista e em diversas entidades ecológicas, dentre as quais o Comitê de Apoio aos Povos da Floresta de São Paulo e o Comitê de Fiscalização do Reator Nuclear do Projeto Aramar, em Iperó (SP). Waldman colaborou com diversas publicações acadêmicas de geografia e em cursos de capacitação de cartografia e uso do mapa em sala de aula para o magistério de I e II Graus na rede pública e particular de ensino em diferentes cidades do país. Fez parte da Diretoria da *Associação dos Geógrafos Brasileiros - Seção Local São Paulo* (AGB-SP, 2003), colaborou com o site acadêmico *Geocarto - Website de Geografia e*

Cartografia, do Departamento de Geografia da FFLCH-USP (2010-2012) e durante dez anos (2004-2014), foi responsável pela disciplina *Geografia e Geopolítica da África* nos Cursos de Difusão Cultural do Centro de Estudos Africanos da USP (CEA-USP). Autor de 18 livros e de mais de 700 artigos, textos acadêmicos e pareceres de consultoria, Waldman é autor, dentre outras obras, de *Ecologia e Lutas Sociais no Brasil* (Contexto, 1992), *Geografia para o Ensino Fundamental* (Editora Didática Suplegraf, 1999), *Antropologia & Meio Ambiente*, primeira obra brasileira no campo da antropologia ambiental (SENAC, 2006) e de *Lixo: Cenários e Desafios - Abordagens básicas para entender os resíduos sólidos*, obra finalista do Prêmio Nacional Jabuti de 2011 (Cortez Editora, 2010). Maurício Waldman é graduado em Sociologia (USP, 1982), licenciado em Geografia Econômica (USP, 1983), Mestre em Antropologia (USP, 1997), Doutor em Geografia (USP, 2006), Pós Doutor em Geociências (UNICAMP, 2011), Pós Doutor em Relações Internacionais (USP, 2013) e Pós Doutor em Meio Ambiente (PNPD-CAPES, 2015).

Mais Informação:

Portal do Professor Maurício Waldman: www.mw.pro.br

Maurício Waldman - Textos Masterizados: <http://mwtextos.com.br/>

Currículo Plataforma Lattes-CNPq: http://lattes.cnpq.br/3749636915642_474

Verbete Wikipédia (BrE): http://en.wikipedia.org/wiki/Mauricio_Waldman

Contato Email: mw@mw.pro.br

3 O Sahel, do árabe ساحل: *Sahil*, cuja tradução é costa ou fronteira, intercala-se entre o Saara ao norte e as paisagens mais úmidas ao sul. Do ponto de vista orográfico e biogeográfico, o Sahel constitui a *praia do Saara*. Forma um corredor contínuo oscilando entre 500 e 700 quilômetros no sentido Norte-Sul e no plano Leste-Oeste, se estendendo entre o Atlântico e o Mar Vermelho. Configura domínio estepário fitogeograficamente colonizado por acervo florístico alimentado por escassas precipitações pluviométricas (150-500 mm/ano).

4 Seria pertinente anotar que para a cartografia colonial alemã o topônimo *Congo* tornou-se praticamente sinônimo de África. Daí que a Conferência de Berlim (1885-1885), é conhecida em alemão como *Kongokonferenz*: Conferência do Congo.

5 A título de exemplo, o navegante veneziano Alvise Cadamosto (1432-1488), que percorreu ampla seção do litoral da Senegâmbia no biênio 1455-1456 a soldo de Portugal, foi autor do célebre *Voyages en Afrique Noire*: Viagens à África Negra.

6 Essa palavra incorporava forte estigma de exclusão. O mundo greco-romano definia como bárbaro todos os povos que não se expressavam em grego ou em latim, sendo considerados carentes de civilização e por extensão, social e culturalmente inferiores (WALDMAN, 2003).

7 Porção norte-ocidental da Líbia, a Tripolitânia desfruta desde a colonização fenícia da região, de reconhecida identidade geo-histórica. Ao lado da Cirenaica (ou Barca) e do Fezzan, é um dos três grandes domínios geo-históricos da Líbia.

8 Saliente-se a tendência atual da geopolítica em optar pelo topônimo *Machrek*, considerado preferível a *Oriente Médio*, termo que somente se justificaria se pensarmos uma região situada na “metade” ou a “meio caminho” entre a Europa e a Índia, o que denuncia visão assumidamente eurocêntrica (WALDMAN *et alli*, 2007: 103).

9 Nessa última declinação temos a designação *povos sudaneses*, ainda em voga em muitos segmentos da antropologia.

10 Note-se que durante décadas a existência de alma nos negros e/ou a possibilidade dos africanos ingressarem no paraíso era fonte de acirrados debates no seio da Igreja.

11 A disseminação desse topônimo explica a distância que separa a Guiné-Bissau (ex-colônia portuguesa) e Guiné-Conacry (ex-colônia francesa), ambas vizinhas entre si, da Guiné-Equatorial (ex-colônia espanhola), situada a mais de 2.500 quilômetros das duas primeiras.

12 Para muitos cartógrafos europeus a Abissínia seria o legendário Reino de Prestes João, Estado cristão cuja plotagem nem sempre era compatível com a localização real desse país. Relatos sobre um império cristão na África espalharam-se pela Europa ao longo do Século XII, e desde então, inundaram os mapas. No ano de 1565 a denominação ainda insistia em aparecer no Atlas de Diogo Homem, uma peça clássica da cartografia portuguesa (Vide WALDMAN, 1997: 110).

13 Assinale-se que o termo *abexim* (decorrente do amárico *habesha*) não constitui uma etnia, mas um patronímico. Dito de outro modo refere-se aos naturais da *Abissínia* (*Habaśāt*) Embora nesse antigo país africano os Amhara configurassem a etnia dominante, ponderáveis contingentes de outros povos completavam um quadro demográfico pluriétnico e multicultural.

14 Filho de negociante, Guilherme Blaeu (1571-1638) cresceu em ambiente cercado de relatos sobre países longínquos. Estudou matemática e foi aluno do famoso astrônomo Tycho Brahe. Em 1633 tornou-se cartógrafo da Companhia das Índias Ocidentais, cargo de influente *status* social. Sua perícia na cartografia não era menor do que seu pendor artístico, revelado em mapas finamente trabalhados.

15 O *Mitchell's Scholl Atlas* constitui afamado Atlas escolar publicado em 1845 pela família Mitchell, dos EUA. Deve-se à publicação desse material a popularização nos sistemas de ensino de todo o mundo a utilização dos mapas na sala de aula.

16 Na prática, apenas no Século XX é que a expressão Etiópia deixou de ser aplicada ao continente africano, tornando-se exclusiva para designar o Estado Etíope.

17 Existem consideráveis evidências da influência da cartografia tradicional africana no mapeamento realizado pelos exploradores e cartógrafos europeus nos séculos XIX e XX. Ironicamente, estas informações contribuíram para o aprimoramento de um desenho do continente que em última análise, foi arregimentado para dominar e dividir a África entre os colonialistas (WOODWARD *et LEWIS*, 1998: 38-48).

18 Cabe concertar que a visão consagrando a Conferência de Berlim como centro decisório de um “retalhamento da África” solicitaria reparos. Contrariando difuso senso comum, a partilha do continente ocorre num lapso de tempo prolongado, confirmada por corolário de acordos bilaterais e certames adentrando na segunda década do século XX. O evento não definiu regras fixas e tampouco consensuais. O grande trunfo da cimeira foi a popularização da ideia colonial junto à opinião pública, vitaminando a *Corrida para a África* (WALDMAN, 2013a, DÖPCKE, 1999: 81-85).

19 Recorde-se que Angola, entre 1894-1915, formava o Congo Português.

20 A respeito, caberiam duas pontuações: a existência de uma Somalilândia Etíope (a região do Ogaden, majoritariamente habitada por Somalis) e a alteração em 1967 do nome oficial da Somália Francesa para Território Francês dos Afars e Issas.

TÍTULO COMPLEMENTAR

MAURÍCIO WALDMAN



O MAPA DE ÁFRICA EM SALA DE AULA: A Persistência do Imaginário da Desqualificação e do Racismo na Cartografia Escolar de África



EDITORA KOTEV
ÁFRICA & AFRICANIDADES: Coleção Acadêmica 2

http://www.mw.pro.br/mw/o_mapa_de_africa_em_sala_de_aula.pdf

CONHEÇA A SÉRIE CARTOGRAFIA



SAIBA MAIS: <http://mwtextos.com.br/serie-cartografia/>

A woman with long, wavy brown hair, wearing a black leather jacket and a black scarf, is looking down at her smartphone. The background is blurred, showing what appears to be a train or subway station.

EDITORA KOTEV

Sintonizada com
o Futuro Digital



EDITORA KOTEV
INFORMAÇÃO ÚTIL, ÁGIL E INTELIGENTE

SAIBA MAIS SOBRE A EDITORA KOTEV. ACESSE NOSSA PÁGINA: <http://kotev.com.br/>